



São Julião

EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do Artigo 12º, nº2 e 3 da Lei 75/2013 de 12 setembro, foi convocada uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 22 de dezembro de 2015, pelas 21.00h, a ter lugar no salão do Polo de S. Julião (antiga Escola Conde Ferreira) sito na Av. Luísa Todi nº 354, 2900-454 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- 1) **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA Tabela de Taxas/2016 – Serviços Administrativos DO REGULAMENTO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS.**
- 2) **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, PPI e PPA PARA 2016.**

Setúbal, 17 de dezembro de 2015

A Presidente da Assembleia de Freguesia

ANA PEREIRA
(Ana Pereira)
UNIÃO DAS FREGUESIAS
S. JULIÃO
N.ª Sr.ª ANUNCIADA S.
S.ª M.ª GRAÇA
SETÚBAL



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA EXTRAORDINÁRIA

Ata nº 6/2015 em Minuta

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, em sessão extraordinária no salão do Polo de S. Julião, na Av. Luísa Todi nº 354, 2900-454 Setúbal.

Foi Presidida por Ana Isabel Espada Pereira, secretariada por Donátia Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária, por Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.-----

A) PERIODO DA ORDEM DO DIA

1 - Discussão e Aprovação da Tabela de Taxas-Serviços Administrativos/2016 do Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças;

Ficou aprovada por unanimidade

Ficou reprovada _____

2 Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento, Mapa de Pessoal, PPI e PPA para 2016;

Ficou aprovada _____

Ficou reprovada por maioria

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1 e 2 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade.

A PRESIDENTE Ana Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donátia Rosa Cavaleiro Peralta Moço

A 2ª SECRETÁRIA Dina Maria Ferreira Rocha Lança

Recebido e
16/05/2016
[Assinatura]

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE
SETÚBAL, REALIZADA AOS VINTE E DOIS DIAS DO
MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE**

ATA Nº 6/2015

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, no Polo de S. Julião, sito na Av. Luísa Todí nº 354, 2900-454 Setúbal. A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA** (PS), secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

Compareceram os seguintes membros:-----

Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária -----

Ilda Fernandes Alves; Mário Fernando dos Santos Peixoto; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

Bancada do PS – Partido Socialista -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha; Ciro de Sá Silva; João Vítor Miranda Inácio; -----

Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP -----

Carlos Alberto Calçada Cunha; Paula Cristina Lopes Claro; José Manuel de Oliveira Picoito; Maria Cristina Pires Diz Viegas. -----

Bancada do BE – Bloco Esquerda -----

Silvana Cassaca Parreira Paulino. -----

EXECUTIVO DA JUNTA -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU);-----

Secretária – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); -----

Vogal - Joaquim Mário Augusto Guerreiro (CDU); -----

Vogal – Carlos Manuel dos Reis Branco (BE); -----

Vogal - Maria Luís Alves da Silva Nunes (CDU); -----

Não compareceram os seguintes membros: -----

João Luís de Matos Barreiros Poeira (CDU); Paulo Jorge Oliveira da Silva (PS); Pedro Gaivão Duarte Luzio (Coligação Por Setúbal, Por Si); Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto (Coligação Por Setúbal, Por Si); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si); Nuno Miguel Rodrigues Folques (CDU) Vogal no Executivo. -----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes, procedeu à chamada registando as presenças e os pedidos de substituição de alguns membros, por não poderem estar presentes, a saber:

Na Mesa, Ana Isabel Espada Pereira (PS); Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS); Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS); Ilda Fernandes Alves (PEV); João Luís de Matos Barreiros Poeira (anexo 1) (CDU) que foi substituído por Vítor Manuel Serrano Cardeira (CDU) (anexo 2) que por sua vez pediu substituição, sendo substituído por Gertrudes Rosária da Silva Moura (anexo 3) (CDU) que também pediu substituição, mas que perdeu a validade porque foi outra pessoa que assinou por ela e por não ser legal foi considerada falta; já a sessão tinha começado quando entregaram a substituição assinada pela própria (anexo 4), pelo que foi substituída por Mário Fernando dos Santos Peixoto (CDU); Alberto Manuel de Sousa Pereira (CDU); Maria de Fátima Fernandes Ferreira (CDU); António de Oliveira Freixo (CDU); Jorge Gordo Martins (CDU); Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto (CDU); Paulo Alexandre Tavares Gomes (PS); Paulo Jorge Oliveira da Silva (PS) (anexo 5), substituído por Ana Lúcia de Castro Godinho Rocha (PS); Ciro de Sá Silva (PS); João Vítor Miranda Inácio (PS); Pedro Gaivéo Duarte Luzio (anexo 6) (Coligação Por Setúbal, Por Si) que pediu substituição, sendo substituído por Carlos Alberto Calçada Cunha; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto (Coligação Por Setúbal, Por Si) (anexo 6) substituída por Paula Cristina Lopes Claro (Coligação Por Setúbal, Por Si)); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) (anexo 7); substituído por José Manuel da Silva Picoto (Coligação Por Setúbal, Por Si); Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si) e Silvana Cassaca Parreira Paulino (BE). -----

Seguidamente a Presidente da Mesa deu por aberto o primeiro ponto da ordem de trabalhos – Discussão e aprovação da Tabela de Taxas – Serviços Administrativos /2016 do Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças e deu a palavra ao Presidente da Junta, o qual após ter feito uma breve explicação referiu que tinha sido feita uma reunião com os representantes de todas as bancadas da Assembleia, tendo sido acordado que as taxas mantinham o mesmo valor do ano passado.-----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que o Grupo de Trabalho tinha feito uma tabela, a qual apesar de ser exata e válida não teria que ser rígida, podendo os valores sofrer alterações consoante o parecer do Executivo e da Assembleia. Terminou a sua intervenção referindo que só faltava alterar as tabelas das Taxas referentes aos Mercados, trabalho que só poderia ser feito após as obras terminarem, uma vez que a sua aplicação estava relacionada com os metros quadrados de cada banca.-----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que tinham reunido com o Executivo da Freguesia e aperceberam-se que aplicando a fórmula como tinha sido feita, o valor dos atestados passariam a custar mais setenta cêntimos e não era isso que se queria, mas sim ajustá-la de forma a justificar o valor existente; daí terem consultado novamente o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, expondo o problema e referindo que estavam de acordo com o Executivo por não ter aplicado esse aumento. -----

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, a Presidente da Mesa colocou para aprovação a Tabela de Taxas – Serviços Administrativos /2016 do Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças, tendo ficado aprovada por unanimidade, ficando registado que faltava um elemento da bancada da CDU. Seguidamente passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos – **Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento, Mapa de Pessoal, PPI e PPA para 2016**, colocando-o para discussão, dando a palavra ao Presidente da Junta para que o apresentasse.

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo apenas os aspetos onde o Orçamento tinha sido alterado conforme o que tinha sido decidido na última Sessão, ou seja com a atualização das rubricas onde não haviam comprovativos de procedimento administrativo de que a Câmara iria conceder mais verba, o que originou uma redução de, aproximadamente, cento e treze mil euros na receita e conseqüentemente redução na despesa. Continuou especificando que a maioria da redução tinha sido feita na rubrica do pessoal, mantendo-se o salário anterior sem as futuras atualizações, também não se tinham colocado as verbas que iriam ser ressarcidas com as massas asfálticas e as

varredouras; para além de que também não tinham sido incluídos os cinquenta mil euros que a Câmara iria atribuir a todas as Juntas para melhoramentos nas instalações. Quanto à despesa, a redução foi feita, na sua maioria, na área da cultura e em algumas candidaturas que se iriam realizar, uma vez que os projetos só podem ser concretizados em termos de candidatura se, primeiramente, forem feitos investimentos no seu desenvolvimento e só depois se receberia a verba aplicada. Continuou referindo que na reunião de trabalho com os vários partidos, o PS tinha salientado que existia por parte do executivo uma proposta de redução de nove mil euros na área social, a qual deveria ser revista. Assim, e de acordo com a proposta do PS, tinham conseguido diminuir essa verba em outras rubricas sem interferir na área social. Terminou a sua intervenção referindo que até ao final do ano, caso houvessem outras receitas, teriam que ser feitas revisões orçamentais para providenciar o Orçamento. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Cristina Diz, referindo que pouco mais tinha a acrescentar ao Orçamento. O erro detetado na última sessão tinha sido retificado principalmente nas despesas com o pessoal, baixando significativamente e pouco mais havia a falar. No entanto mencionou que os valores protocolados da descentralização não deveriam ter sido alterados; o mesmo se passava com a limpeza urbana que tinha sido reduzida consideravelmente. Terminou a sua intervenção referindo que existiam investimentos que iriam ser feitos no corrente ano e não estavam contemplados nem constavam no Plano Plurianual de Investimento, fazendo também referencia que todas as alterações deveriam estar bem documentadas para que todos percebessem bem o que tinha sido feito. -----

Teve a palavra o membro do PS, Paulo Gomes, começando por referir que o Orçamento apresentado não tinha nada a ver com um Orçamento do PS. Em sua opinião dever-se-ia ter dado mais ênfase à Educação e atribuir um valor maior às Atividades do Movimento Associativo que, no início tinham um valor de quarenta e dois mil euros, descendo para trinta e três mil após reunião e voltando ao valor inicial de quarenta e dois mil euros, o que mesmo assim era um valor muito baixo tendo em conta que a Cidade de Setúbal iria ser, em 2016, uma Cidade Europeia do Desporto, dando origem a que ficasse sujeita a estar sempre a reboque da Câmara Municipal de Setúbal; podendo, no entanto, fazer algo de forma a promover a cidade, pois independentemente de haver ou não capacidade e estruturas a nível desportivo, cada País possui o direito de eleger uma cidade como Capital Europeia do Desporto, sendo Loulé a atual Capital; mas, por falta de informação e/ou informação deturpada, a maioria das pessoas pensa que a cidade concorreu com outras cidades europeias e ganhou, o que é falso, pois Setúbal ganhou a Coimbra porque ela declinou o convite, motivo que a maioria da população desconhece. Por conseguinte, seria bom que, a Junta de Freguesia, aproveitasse a oportunidade para promover a cidade, dinamizando-a desportivamente, o que não se constata no Orçamento, pois nele consta-te muito pouco relacionado com uma possível dinamização. Quanto à Educação, estas rubricas deveriam ter mais verba para ser aplicada em melhoramentos nas Escolas, pois há muito a ser feito. Terminou a sua intervenção referindo que gostava de saber quais os trabalhadores que estão em sistema de avença, uma vez que não faz sentido trabalharem a tempo inteiro e receberem como avença, quando ainda por cima existem lugares por preencher do mapa de pessoal; não faz sentido um partido que ganhou as eleições ter trabalhadores como avençados a ocuparem lugares que deveriam ser do quadro.-----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que gostaria que lhe explicassem o motivo pelo qual a Junta vai ter uma bicicleta elétrica e uma embarcação marítima. -----

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação por Setúbal, Por Si, Cristina Diz, referindo que gostaria de acrescentar mais alguma coisa à intervenção do membro Paulo Gomes, ou seja que vê com alguma preocupação pessoas a atenderem público nos Polos que não pertencem aos quadros das Juntas, inclusivamente a movimentarem dinheiro, das quais não sabemos a sua situação. Referiu ainda que já tinha exposto esta questão tanto no Executivo como na Assembleia e voltava a solicitar

informação de todos os trabalhadores existentes na União de Freguesias de Setúbal, incluindo as respetivas funções e vínculo que tinham com a Junta. -----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta para que respondesse às questões colocadas.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, começando por responder ao membro, Cristina Diz, referiu que não existe nada no Protocolo de Descentralização que diga que a Junta recebeu uma verba para uma determinada função e a mesma tenha que ser colocada no Orçamento e gasta nessa mesma função. Só no final do ano se justifica e solicita a transferência de verbas de umas rubricas para as outras. A rubrica limpeza pública comporta a maior despesa, pois nela está incluído não só o material de desgaste rápido para obras e reparações, como também os carrinhos individuais de varredura, a varredoura e toda a despesa com pessoal e sua aquisição. Respondendo ao membro Paulo Gomes, disse que também gostaria de poder preencher os lugares em falta no quadro, no entanto para além da complicação que seria o concurso público, existia o maior problema de todos que eram os parâmetros e/ou procedimentos exigidos pelo governo, que dificultavam, à partida, esses preenchimentos, razão pela qual a Junta para além do concurso, teve que colocar pessoal por avença, diminuindo o pessoal em prestação de serviços, caso contrário os Polos não funcionavam e apesar da redução de pessoal o valor da rubrica aumentou por estar incluído o ano inteiro. Quanto às Escolas, referiu que haviam competências que pertenciam à Junta, relacionadas com manutenção e outras que pertenciam à C.M.S., relacionadas com infraestruturas, tudo isto independentemente da verba atribuída mensalmente para despesas internas, vinda do Poder Central. Na área social foi onde a Junta investiu mais, nela está incluído não só o Centro Comunitário, como também todo o Movimento Associativo. Quanto à questão de Setúbal ser a Cidade Europeia do Desporto, apesar de nem todos os setubalenses estarem satisfeitos, não deveriam desvalorizar o que se conseguiu, muito pelo contrário, mesmo não possuindo um espaço dedicado a várias práticas desportivas com equipamento apropriado, tipo “Pavilhão Multiusos”, há que valorizar o que se possui participando. Terminou a sua intervenção referindo que, no entanto, a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal não tinha responsabilidade nenhuma na programação das atividades da Cidade Europeia do Desporto, porque não lhes tinha sido pedido para participar, nem sequer tinham sido informados sobre o programa, motivo pelo qual não se sentiram na obrigação de disponibilizar verba, no Orçamento, para esse fim, o que não queria dizer que não ficassem recetivos a qualquer proposta futura, a ser analisada. -----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, que cumprimentou todos os presentes e antes de prosseguir com a sua intervenção foi interrompido pelo senhor Presidente da Junta que, por não ter respondido a duas questões colocadas, em primeiro lugar pediu desculpa ao membro Ciro Silva e seguidamente solicitou à Presidente da Mesa que lhe concedesse a palavra. -----

A Presidente da Mesa, uma vez ter chegado à Mesa a justificação de falta e o pedido de substituição do membro da bancada da CDU, Gertrudes Rosária da Silva Moura, informou que o membro Mário Fernando dos Santos Peixoto poderia ocupar o respetivo lugar na bancada da Assembleia substituindo-a. Seguidamente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Junta a fim de responder às questões em falta. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta respondendo ao membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, senhor Calçada, disse que por terem um projeto inserido nas questões da “Mobilidade Urbana”, pensaram adquirir uma bicicleta com a finalidade de divulgarem mais esse meio de transporte e, ao mesmo tempo com essa ação, motivarem as pessoas a utilizá-lo. Referiu ainda que, futuramente essa bicicleta seria utilizada pelos trabalhadores da Junta. Quanto à questão da aquisição da embarcação marítima estava relacionada com um novo projeto que a Junta irá realizar de nome “Mostra das Tradições Marítimas de Setúbal”, com o fim de ensinar as crianças não só a terem conhecimento das embarcações tradicionais de Setúbal, como também a terem contacto com elas adquirindo um maior conhecimento sobre as atividades do mar.-----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, começando por referir que tinha estado um ano e meio no Executivo e apesar de ter sido enriquecedor não tinha sido nada fácil, derivado ao Presidente Rui Canas ser uma pessoa que se contradizia com muita facilidade, exemplo disso é a questão da aquisição de uma bicicleta para a “Mobilidade Urbana”, mas para a “Cidade Europeia do Desporto” não há nada, simplesmente vai a reboque da Câmara porque o Presidente, como ninguém lhe disse nada prefere ir assim. Basicamente é o que tem acontecido nos últimos anos, esta Junta vai a reboque da Câmara, ou seja com as decisões que a Presidente Meira decide. Prosseguiu referindo que se atualmente existiam dificuldades com a quantidade de trabalhadores e outros assuntos relacionados com o Protocolo de Competências que foram delegados à Junta, foi porque o senhor Presidente, Rui Canas, decidiu aceitar o que a senhora Presidente da Câmara lhe propôs. Continuou referindo que quanto ao concurso para aquisição de pessoal ser longo e trabalhoso, na altura a bancada do PS, no Executivo, tinha-se prontificado a ajudar, mas não aceitaram e agora surgiu o problema dos avançados que cumprem um horário rígido como os funcionários que estão na secretaria, no entanto para quem está em regime de prestação de serviços como os avançados, não tem que o fazer e na altura sugerimos que fosse aberto concurso para colocação de duas pessoas na secretaria mas foi-nos dito que seria muito complicado. Terminou a sua intervenção referindo mais uma incongruência do Presidente Rui Canas ou seja que em resposta à aplicação das verbas para a Camioneta, referiu que poderiam ser ou não ser aplicadas nessa rubrica, no entanto quanto se referiu à aplicação das verbas da Educação referentes ao Protocolo de Descentralização disse que só podiam ser utilizadas na Educação, pois caso contrário tinham que apresentar justificação e autorização à Presidente da Câmara. -----

Teve a palavra a membro da bancada do CDS, Cristina Diz, dando opinião de que em primeiro lugar deveriam pedir para fazer a alteração e só depois é que seria ou não feita, isto em relação à rúbrica de toponímica e que relacionado com esta rúbrica iria enviar para a Junta diversas fotos de placas que necessitavam de reparação. Prosseguindo referiu que, tal como o membro da Assembleia Ciro Silva, iria mencionar mais uma incongruência do senhor Presidente da Junta ao dizer que não tinham o dever de participar nas atividades inseridas em Setúbal Capital Europeia do Desporto 2016, mas nas Grandes Opções do Plano mencionou o contrário e passou a citar: “Vamos igualmente contribuir para a realização do projeto Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016”. ----

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que aquando da campanha eleitoral todos os partidos lançaram um folheto referindo futuras intenções, no entanto a CDU no folheto para a freguesia disse que tinha feito o Mercado do Livramento, como se a Junta o tivesse feito, assim como o Jardim de Vanicelos como se fosse uma obra da Junta, isto quer dizer que o que parece não é, ou seja aquilo que vendemos às pessoas não é aquilo que fazemos e para quem está por fora a observar, não faz sentido. -----

Teve a palavra a Presidente da Mesa referindo que gostaria de fazer uma intervenção final. Começou por referir que o senhor Presidente da Junta tinha por hábito dizer no fim de cada intervenção “esta é que é a verdade”, acreditava que sim, apesar de serem um pouco estranhas, mas eram as verdades dele. Prosseguiu referindo que estavam com dois anos de mandato e independentemente do tempo, diplomas são diplomas e têm que ser respeitados pois para isso é que eles existem e a questão não são propriamente as avenças dos trabalhadores, mas sim a questão de ter três funcionárias a desempenharem funções da Junta, que cumprem horário e que devem ter férias, para estas funções não se pode recorrer a avenças nem a prestação de serviços, estes são contratos de trabalho encapotados, o que é ilegal e eu como membro desta Assembleia não posso ser conivente com isso e caso haja uma inspeção de trabalho todos nós arcamos com essa responsabilidade. Acontece que a Junta possui dois lugares por preencher, onde por meio de abertura de concurso pode colocá-las e isso seria um procedimento legal e correto. O que não se entende é como alguém de esquerda tem trabalhadores nessa situação. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, começando por salientar que seria bom que as pessoas, antes de falarem de qualquer questão de que não têm conhecimento, se documentassem antes. A Lei do Orçamento de Estado não deixa admitir pessoal nem concursos nenhuns a não ser para funções delegadas e estes administrativos não são funções delegadas, nós só podemos admitir aqueles 18 trabalhadores com uma janela negociada pela ANAFRE com o Orçamento de 2014 com o Governo e que apenas se limitava a funções delegadas, ou seja funções que recebemos da Câmara e nos deixaram abrir concurso para essas pessoas; como os dois administrativos não foram delegados pela Câmara não podemos abrir concurso para esses lugares, com a agravante dessa janela já não existir no Orçamento de 2015, por conseguinte mesmo para darmos continuidade ao que tínhamos começado, tivemos o cuidado de perguntar se o poderíamos fazer. No entanto a Junta necessita das pessoas e como o nosso Jurista, que é uma pessoa com muita experiência nesta área da Contratação Pública, nos informou que este tipo de contratação é possível e legal, a Junta, apesar de não ser a forma que gostaria, admitiu que assim fosse feita, pois necessita dos funcionários; mas é de salientar que os funcionários nessas circunstâncias não picam ponto, todas estas questões a Junta tem o maior cuidado em cumprir, até porque poderão haver inspeções. Respondendo à questão das Escolas referiu que a única que não participou no projeto foi a Escola das Amoreiras e para se distribuir os cartões, que até serviam de cartões de boas festas para os pais, foi necessário pedir ao Agrupamento que autorizasse a distribuição dentro da escola. Prosseguiu a sua intervenção informando que a questão que o membro, Ciro Silva, tinha apresentado no que respeitava à rubrica da verba da camioneta não tinha nada a ver com o Protocolo de Delegação de Competências, essa rubrica pertencia ao Orçamento da Junta. Quanto às verbas do Protocolo de Descentralização, essas no final de cada ano têm que ser justificadas e no caso de querermos transferir verbas de umas rubricas para as outras teremos que pedir autorização à Presidente da Câmara, é assim que funciona as verbas atribuídas à Descentralização. Por falar nela, como todos já devem ter conhecimento foi aprovado em Sessão de Câmara uma nova adenda ao referido Protocolo para começar em janeiro 2016, na qual está incluída mais uma zona que abrange uma parte de Santa Maria da Graça e com isso foi-nos concedido a aquisição de mais 8 trabalhadores, que não iremos admitir porque conseguiremos dar resposta com o pessoal que temos. Terminou a sua intervenção referindo-se à questão de Setúbal Cidade Europeia do Desporto ir a reboque da Câmara, o que não é verdade, porque a Junta tem ideias e projetos próprios e na devida altura, caso seja necessário, poderá participar apoiando as suas Associações, no entanto não irá atrás do que a Câmara fizer nem tem intenção de aplicar qualquer verba. Terminou a sua intervenção respondendo que o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, quanto aos programas eleitorais está equivocado, ou seja confundiu o balanço de mandato dos eleitos da CDU nas freguesias da Anunciada, de S. Julião e de Santa Maria, cada uma separadamente com o seu, com o programa eleitoral da CDU e à que realçar que a Junta teve e tem três compromissos eleitorais para com a população ou seja: - “ 1º fazer esforços para a reposição das freguesias; 2º Manter as sedes das três Juntas abertas e 3º não despedir trabalhadores”. Para além destes três compromissos defendemos que mantínhamos a Descentralização conforme o que a Câmara nos desse. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção, a Presidente da Mesa, colocou para aprovação o segundo ponto da ordem de trabalhos - **Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento, Mapa de Pessoal, PPI e PPA para 2016**, o qual ficou reprovado por maioria com oito votos a favor e onze votos contra. -----

A Presidente da Mesa referiu que tinha chegado à Mesa, para além de uma Declaração de Voto da Bancada da Coligação de Por Setúbal, Por Si, dois requerimentos da membro da mesma bancada, Cristina Diz, num dos quais solicitava que fosse entregue ao Executivo da Junta um requerimento solicitando que fosse facultado a todos e ao longo do ano, os Relatórios Trimestrais detalhados do Protocolo de Delegação de Competências – Acordo de Execução e Contrato Interadministrativo, que são enviados à Câmara Municipal de Setúbal. E um outro solicitando também que fosse

entregue ao Executivo da Junta um requerimento solicitando que fosse facultado a todos, a informação de TODOS os colaboradores da Junta, independentemente da sua função ou vínculo e TODAS as informações adjacentes à sua contratualização.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas do dia 22 de dezembro de dois mil e quinze. -----

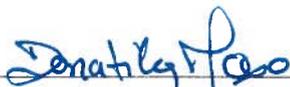
E para constar se lavrou a presente ata que contem sete páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Ana Pereira

Presidente da Assembleia de Freguesia



1ª Secretária



2ª Secretária



Recebido em
Assamblea Freguesia de
22/12/2015
- Enviar cópia para Executivo

Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia de
Freguesia da União de Freguesias de Setúbal

Setúbal, 22 / 12 / 2015

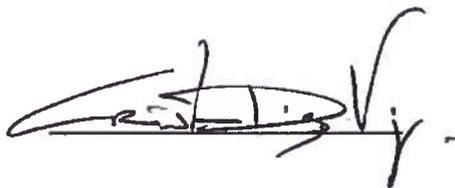
ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

Exmo. Senhora Presidente,

Maria Cristina Pires Diz Viegas, membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, eleita nas listas da Coligação PSD PPD/ CDS PP "Por Setúbal Por Si", vem, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 10º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, solicitar:

1. Que a Srª Presidente diligencie junto ao Executivo o cumprimento das suas obrigações perante esta Assembleia e seus membros para que seja facultado a todos, a informação sobre **TODOS** os colaboradores desta Junta, independentemente da sua função ou vínculo e **TODAS** as informações adjacentes à sua contratualização,

Ficando a aguardar a competente resposta no prazo legal, apresento os melhores cumprimentos.



DECLARACAO DE VOTO

(Ponto 2)
Execução em
Asssembleia de Freguesia
de 22/12/2015
Câmara

Os Deputados da **Coligação Por Setúbal, Por Si (PSD/CDS)**, eleitos à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, declaram o seguinte:

- De acordo com o artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao executivo da Junta de Freguesia elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia as opções do plano a proposta de orçamento e o PPI.

- Quanto aos documentos apresentados, sobre o Orçamento, de Receita e de Despesa, registamos o seguinte:

- Na Receita: Há uma falta de suporte documental que justifique os valores inscritos relativamente ao **Mercado da Lota**. No decorrer da Assembleia, o Executivo não conseguiu demonstrar de forma clara a exequibilidade de valores que, quanto a nós, são bastante empolados.
- Na Despesa:
 - a) Nas **Despesas com o Pessoal** começamos por dizer e é muito importante que fique bem claro, que nos faltou qualquer suporte documental para analisar de uma forma sustentada esta questão. Houve uma necessidade de reajustar um valor errado na receita que inevitavelmente se reflete na despesa e é nesta rubrica que se verifica uma grande diminuição que apesar de tudo se mantém elevada. Contudo, manifestamos desde já a nossa preocupação nesta descida significativa, tendo em conta que o aumento do ordenado mínimo é já uma realidade. Isto é um facto e não uma previsão;
 - b) Em **Aquisição de Bens e Serviços**, com uma dotação de 277.107,92€, realçamos o facto de apenas 5.000€ se destinarem a **Conservação de Arruamentos e Pavimentos Pedonais**, grave carência do território da freguesia;
 - c) **Combustíveis e Lubrificantes**, apesar do executivo prever a aquisição de duas novas viaturas, não tem incremento significativo relativo ao ano anterior. Foi nos informado por

parte do Sr. Presidente que a CMS irá fornecer Gasóleo como forma de pagamento da compra de alcatrão. Não existe qualquer suporte documental;

- d) **Limpeza e Higiene**, uma necessidade visível da freguesia. Se antes já lamentávamos o facto de estarem apenas cabimentados 10.000,00€, agora ficamos chocados com a diminuição para 6.500.00€ sendo que o valor para as próprias instalações da Junta (3.500,00€) é superior ao da **Limpeza e Higiene Urbana** que antes era de 6.000,00€ agora passou para 3.000€, valor manifestamente insuficiente para as necessidades da população;
- e) Várias rubricas, **Publicidade, Boletim Informativo da União de Freguesias de Setúbal, Fest'Asso, Rotas das Artes e Saberes, Mostra de Profissões e Tradições Marítimas, Acções de Cidadania e Datas Comemorativas, Outros, Diversos, Dinamização do Centro Histórico e Festas Locais**, entre outras, totalizam agora um valor de 93.400,00€. Anteriormente totalizavam um valor de 106.900,00€. Para além de não ter uma descida nada significativa, continuamos a achar o valor demasiado elevado;
- Nas Grandes Opções do Plano, registamos com agrado a menção ao projecto "Setúbal – Cidade Europeia do Desporto 2016". No Orçamento e no PPA registamos a ausência. Registamos a intenção de construir um novo auditório em anexo à sede da Freguesia. No PPI registamos a ausência do investimento;
- O Orçamento e o PPA reflecte totalmente uma quantidade de opções políticas e gastos de verbas do executivo para o ano seguinte, que em grande parte não nos revemos;
- No PPI continuamos sem perceber porque não nos foi explicado convenientemente a mudança de verbas no que diz respeito à Renda de Locação Financeira de uma viatura. Se a explicação é a que os juros da mesma se encontram noutra rubrica, então perguntamos, porque é que o mesmo não se aplica nos valores da

Renda de Locação Financeira Relativa ao Relógio de Ponto Facial, cujos valores se mantêm fieis aos anteriores?

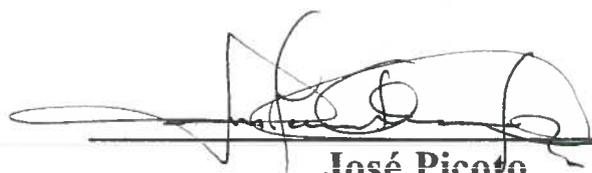
- A orientação deste Orçamento claramente não responde as verdadeiras necessidades da freguesia.

Face ao exposto, o voto dos eleitos da Coligação PSD/CDS é contra.

Setúbal, 22 de Dezembro de 2015



Carlos Alberto Calçada da Cunha



José Picoto



Paula Claro



Cristina Diz